



Número: **0820639-33.2017.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **17ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **24/04/2017**

Valor da causa: **R\$ 12.656,25**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SEVERINA JANAINA DE LIMA (AUTOR)		GIULLYANA FLÁVIA DE AMORIM (ADVOGADO) ENÉAS FLÁVIO SOARES DE MORAIS SEGUNDO (ADVOGADO)	
BRADESCO SEGUROS S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7502245	24/04/2017 11:00	Petição Inicial	Petição Inicial
7502278	24/04/2017 11:00	PROCURAÇÃO E DOCS PESSOAIS SEVERINA JANAINA	Procuração
7502290	24/04/2017 11:00	LAUDO E BO SEVERINA JANAINA	Documento de Comprovação
7502305	24/04/2017 11:00	RESPOSTA SEGURADORA SEVERINA JANAINA	Informações Prestadas
16334747	03/09/2018 14:33	Despacho	Despacho

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA DA COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB.

SEVERINA JANAÍNA DE LIMA, brasileira, união estável, agricultora, portadora de CPF nº 094.552.584-20 e RG nº 3577262, podendo receber intimações na Rua das Pedras S/N, Pilar/PB, por meio de seus procuradores e advogados adiante assinados, legalmente constituídos nos termos do incluso instrumento de mandato, que podem receber intimações na Av. João Machado 553, Sala 127, Plaza Center, Centro, João Pessoa/PB, vem, respeitosamente perante V. Ex.^a propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)
EM VIRTUDE DE INVALIDEZ/DEBILIDADE PERMANENTE
COMPLEMENTAR**

em face da **BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.055.146/000 1-93, podendo ser citada no Parque Sólton de Lucena, 641, Centro, João Pessoa/PB o que faz de acordo com os fundamentos fáticos e jurídicos que passa a expor: _____

DA JUSTIÇA GRATUITA:

Inicialmente, requer o promovente sejam-lhe concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos exatos termos do art. 4º da Lei 1.060/1950, e 5º, LXXIV, da Constituição Federal, por não ter condições de pagar as custas do processo e os honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família.

É cediço que a simples afirmação, nos molde dos dispositivos retro citados, bem como reconhecidos na jurisprudência pátria dominante, é suficiente para o deferimento do pedido, conforme se pode observar na decisão do Tribunal de Justiça da Paraíba, a seguir, *litteris*:

“Assistência judiciária – Afirmação de pobreza em requerimento da parte – Dispensa de outras provas.

Não é necessário, para a concessão do benefício da assistência judiciária, que a parte prove sua condição de necessitado. Basta, a simples afirmação de sua pobreza, até sua prova em contrário.

Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária, a recorrer aos benefícios da Defensoria Pública.” (TJ/PB – 2ª Câmara Cível – Apelação Cível nº 1996.004267-6. Rel. Des. Antônio Elias de Queiroga – Data do julgamento: 24/03/1997 – Publ. DJ: 03/04/1997).

Assim, pugna o promovente pela concessão dos benefícios da gratuidade judiciária, de modo a ser dispensado, na hipótese de recurso, do pagamento das custas e demais despesas processuais, além de honorários advocatícios da sucumbência, na improvável hipótese de ver vencido na lide.



DA COMPETÊNCIA

O NCPC previu de forma clara a competência territorial, vejamos:

Art. 53. É competente o foro:

III- do lugar:

a) onde está a sede, para a ação em que for ré pessoa jurídica

Além do que, na cobrança de indenização decorrente do seguro DPVAT, constitui faculdade do consumidor-autor escolher entre os seguintes foros para ajuizamento da ação: o do local do acidente, do seu domicílio ou do domicílio do réu.

A aludida tese foi firmada pelo Superior Tribunal de Justiça sob o rito dos RECURSOS REPETITIVOS (artigo 543-C do Código de Processo Civil).

Conforme sabido, a regra geral de competência territorial encontra-se no artigo 94 do Código de Processo Civil e indica o foro de domicílio do réu como competente para as demandas que envolvam direito pessoal, quer de natureza patrimonial ou extrapatrimonial, e para as que versem sobre direito real sobre bens móveis.

Dessa forma, quando a ação for proposta em seu domicílio, o réu não poderá opor-se à opção feita pelo autor, por meio de exceção de incompetência, por ausência de interesse de agir.

Portanto, é competente uma das Varas desta Comarca para processar e julgar a presente ação, tendo em vista que o réu mantém estabelecimento na Rua Parque Sólon de Lucena, 641, Centro, João Pessoa.

I- BREVE RESUMO DOS FATOS:

Em 24/11/2014, a promovente foi vítima de acidente de trânsito ao ser atropelada por uma motocicleta quando se encontrava em frente ao Colégio Augusto de Brito, na Cidade de Pilar/PB, consoante Boletim de Ocorrência em anexo. Após o acidente, a autora foi socorrida para o Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena.

Pelo fato descrito acima, a autora sofreu lesões que a deixaram com sequelas irreversíveis, **conforme consta dos laudos médicos em anexo, o que a torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT).**

Porém, mesmo depois de todo esforço para se reabilitar, com cirurgias e fortes medicamentos, a autora teve comprovada **FRATURA DOS OSSOS DA PERNA ESQUERDA, ABRASÕES EM ANTEBRAÇO ESQUERDO, ALÉM DE TRAUMA EM REGIÃO FRONTAL, GERANDO INCAPACIDADE PARA ATIVIDADES HABITUAIS E DEFORMIDADE PERMANENTE PELA GRAVIDADE DO TRAUMATISMO SOFRIDO.**

Com esta sequela, a autora não consegue realizar suas atividades cotidianas, sentindo ainda fortes dores no local da lesão em face das restrições nos movimentos.

Devido a sequela decorrente do acidente de trânsito, a promovente requereu junto a Seguradora Líder o recebimento da Indenização devida (SINISTRO 3170142138), no entanto, para sua surpresa, após ser submetida a perícia médica administrativa, a demandada entendeu como devido tão somente a quantia de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), conforme documento abaixo.



Desta feita, a demandante, munida da documentação necessária, vem pleitear da empresa promovida o pagamento da indenização do seguro por invalidez permanente, uma vez que esta empresa integra a FENASEG (Federação Nacional dos Seguros Privados e de Capitalização).

II – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

- Da Legitimidade Passiva -

O art. 7º, da Lei 6.194/74, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no pólo passivo de demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** se constitui em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas, a promovida.

Neste tom, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)

Quanto à legitimidade passiva, nenhuma dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da Fenaseg é parte legítima para pagamento do seguro obrigatório.

- Da Documentação Necessária para o Recebimento da Indenização -

Anota o art. 5º, da Lei nº 6.194/74, que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, senão vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso)

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

- Do Quantum Indenizatório -

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de R\$13.500,00, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei n. 6.194/74, *in verbis*:

“Art. 8º. Os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:



Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização é de 12.656,25 (doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos) como complemento para invalidez suportada em razão de acidente automobilístico.

-

III- DOS REQUERIMENTOS FINAIS:

Diante do exposto, requer-se de Vossa Excelência:

a) A **CITACÃO** da empresa demandada, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar o feito, sob pena de revelia e confissão;

b) Ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe, condenando a seguradora promovida a pagar a promovente o valor de 12.656,25 (doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos), provenientes da debilidade permanente suportada em virtude do acidente automobilístico;

c) A concessão dos benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**, tendo em vista que o autor é pobre nos termos da Lei nº 1.060/50, não possuindo condições de arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

d) A oportunidade de provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, principalmente a prova documental, que segue acostada;

e) A condenação do requerido no pagamento dos honorários advocatícios na base de 20% do valor da condenação, em caso de eventual recurso;

f) Seja **dispensada** a designação de audiência de conciliação, com fulcro no artigo 319, inciso VII, do **Novo Código de Processo Civil**;

f) Que seja designado perito judicial nos termos da resolução nº 03/2013, com o intuito da realização de avaliação médica especializada, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT ou, se esse não for o entendimento de Vossa Excelência, que remeta ofício ao Instituto Médico Legal da Capital para o mesmo fim.

Dá-se à causa o valor de R\$ 12.656,25 (doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos).

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

João Pessoa, 24 de abril de 2017.



Giullyana Flávia de Amorim

Enéas Flávio S. de Moraes Segundo

Advogada OAB/PB nº 13529

Advogado OAB/PB nº 14318



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

A OUTORGANTE:

Severina Janaina de Lima, Brasileira, união estável
agricultora, com CPF Nº 094.552.584-20 e RG Nº 3577262,
residente na Rua das Pedras, S/N, Pilar/PB.

OUTORGADOS: Giullyana Flávia de Amorim, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PB sob nº 13529, portadora do CPF de nº 011197984-69 e Enéas Flávio Soares de Marais Segundo, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº 14318, portador do CPF de nº 056310264-06 com endereço profissional na Av. João Machado, nº 553, sala 127, Empresarial Plaza Center - Centro de João Pessoa, onde recebe intimações, podendo atuar em conjunto ou separadamente.

PODERES: O outorgante concede procuração geral para o foro, conforme o artigo 38 do CPC, bem como os poderes da cláusula "ad judicium" e os poderes especiais para transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, dar quitação, firmar compromisso, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, representar junto às instituições e repartições públicas federais, estaduais e municipais, autárquicas, sociedades de economia mista, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas em geral, podendo substabelecer, e, finalmente, praticar todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

João Pessoa, 20 de Janeiro de 2015.

Severina Janaina de Lima
Outorgante

Av. João Machado, 553 - Sala 127 - Empresarial Plaza Center - Centro - João Pessoa - PB.
Praça Venâncio Neiva, 21 - Centro - Santa Rita - PB.
Telefones: (83) 3032-1329/ (83) 3229-1074.



DECLARAÇÃO DE POBREZA

Severina Janaina de Lima, declara, para os fins de obtenção de ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, e sob as penas da lei nº7.115, de 29 de Agosto de 1983, que não possui condições de arcar com as custas processuais sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

João Pessoa, 09 de abril de 2015

Severina Janaina de Lima
DECLARANTE







GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE	SEVERINA JANAINA DE LIMA
DATA DE NASCIMENTO	15/04/87
NOME DA MÃE	MARIA DA CONCEIÇÃO DE LIMA PONTES

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º	796.308
PRONTUÁRIO N.º	84.618
DATA DO ATENDIMENTO	24/11/14
HORA DO ATENDIMENTO	06:55
MOTIVO DO ATENDIMENTO	ATROPELAMENTO POR MOTO
DIAGNÓSTICO (S)	FRATURA DOS OSSOS DA PERNA ESQUERDA.
CID 10	V 02 + S 82.2.0 + S 82.4.0 + T 01.8

AVALIAÇÃO INICIAL:

PACIENTE DEU ENTRADA NESTE SERVIÇO, VÍTIMA DE ATROPELAMENTO POR MOTO, ENCAMINHADO POR HOSPITAL DE PILAR, APRESENTANDO TRAUMA EM REGIÃO FRONTAL + DOR + EDEMA + IMPOTÊNCIA FUNCIONAL EM MIE + ABRASÕES EM ANTEBRAÇO ESQUERDO. GLASGOW 15.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

TC DE CRÂNIO
RX DE BACIA
RX DE TÓRAX
ECG + RISCO CIRÚRGICO
RX DA PERNA ESQUERDA- RELATO COT- FRATURA DA DIÁFISE DE TÍBIA E FRATURA PROXIMAL DE FÍBULA ESQUERDA.
EXAMES LABORATORIAIS

TRATAMENTO:

PACIENTE SUBMETIDA A REDUÇÃO + FIXAÇÃO CRUENTA DOS OSSOS DA PERNA ESQUERDA. OPERADA POR DR. KARTNEY + DR. ODILON. MEDICADA + TALA COXO-PODÁLICA.

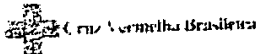
ALTA HOSPITALAR:	04/12/2014
DATA DA EMISSÃO:	16/11/2015 (SEGUNDA VIA EMITIDA EM 29/04/16)

Dr. Joacila Braga Brandão
CRM: 17311/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.



TE e RX



Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



GOVERNO
DA PARAIBA

Av. Orestes Lisboa, S/N Conj. Pedro Gondim João Pessoa - Para'ba - Cep:58031-090 - CNES: 2593762 - FONE: (83) 3216-5735 / 3216-5775

Boletim de Atendimento Emergencial: 796305

Identificação do paciente			
ID 811546	Nome SEVERINA JANAINA DE LIMA	Sexo Feminino	Prontuário
Data de nascimento 15/04/1987	Idade 27 anos 7 meses 9 dias	Estado civil SOLTEIRO(A)	Religião CATOLICA
Mãe MARIA DA CONCEICAO DE LIMA	Pal NAO INFORMADO	Responsável (Parentesco) O MESMO - O MESMO(A)	
Escolaridade FUNDAMENTAL INCOMPLETO	DDD Móvel 83	DDD Fixo	Fone Fixo
Fone Móvel 86454652	Número documento 09456258420	Nº Cns 160538101510007	
Tipo documento CPF	Local de procedência PILAR	Tipo MUNICIPIO	UF PB
Email NAO INFORMADO	Naturalidade PILAR	CBO/R	
Endereço			
CEP 58338000	Município de residência PILAR	Logradouro DAS PEDRAS	
Número S/N	Complemento	Bairro CENTRO	
Admissão			
Data e Hora Prevista 24/11/2014 06:55:45	Número da pulseira 2614328	Convênio SUS	
Especialidade CLINICA GERAL	Clinica	Origem do paciente OUTRA UNIDADE DE SAUDE	
Classificação de risco VERMELHA	Motivo do atendimento ATROPELAMENTO	Detalhe do acidente MOTO X PEDESTRE	
Caráter de atendimento URGENCIA			
Indicadores e Transporte			
Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não	Trauma Não
Meio de transporte AMBULANCIA	Quem transportou		
Sinais Vitais			
PA X mmHg	Pulso	Temperatura	
Exames complementares			
Ralo X []	Sangue []	Urina []	TC []
			Liquor []
			ECG []
			Ultrasonografia []
Dados clínicos			CID
Atendido por JOSEFA BARBALHO FERNANDES			Tempo 04min 38seg

Imprimir

CRÂNIO
24 11 14

24/11/2014 08:02 A



VI. NASC.: 18/04/1962;
MÃE: MARIA DA CONCEIÇÃO DE LIMA
END.: DAS PEDRAS
N. S/N - CENTRO
PILAR
FONE: {}
CELULAR: (63) 06454862
IDADE: 27
DT. ENTRADA: 24/11/2014 06:55:45

NOME DO PACIENTE:	IDADE:	DATA:
-------------------	--------	-------

1/ Linhas de Strophilanthus poroso, com trunco e
apex pontal e morvil pedicel de M.E

VIAS AÉREAS ☒ Pérvias ☐ Obstruídas

CERVICAL IMOBILIZADA: ☐ Sim ☒ Não

VENTILAÇÃO:

TRAQUEIA NA LINHA MEDIANA ☒ Sim ☐ Não

RESPIRAÇÃO ESPONTÂNEA ☒ Sem dificuldade
☐ Com dificuldade

☐ VENTILAÇÃO MECÂNICA

☐ APNÉIA

AUSCULTA PULMONAR:

- MURMÚRIO VESICULAR

☒ Presente e normal
☐ Ausente

HTE: ☒ Presente e normal
☐ Húde
☐ Diminuído

() sim

HTU: Rncos
Sibilos
Estertores

HTI: Rncos
Sibilos
Estertores

☒ Não

COR DA PELE: ☒ Normal ☐ Pálida ☐ Cianótica
☐ Pleórica ☐ Ictérica

TEMPERATURA DA PELE ☒ Normal ☐ Quente ☐ Fria

PULSO ☐ Normal ☐ Aumentado
☐ Frio ☐ Ausente

AUSCULTA CARDÍACA

RÍTIMO ☒ Regular ☐ Irregular ☐ Ausente

BULHAS ☒ Normofonéticas ☐ Hipofonéticas
☐ Hipofonéticas ☐ Ausente
☐ Presente ☐ Ausente

SOPRO ☐ Sim ☐ Não

BE OU B4 _____
FC: _____ bpm PA: _____ mmHg T: _____ °C
ECG: _____

puber estival

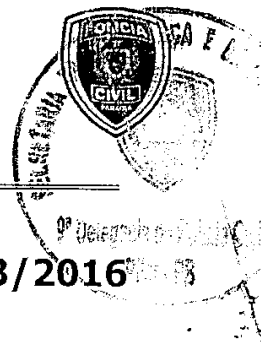
DÉFICIT NEUROLÓGICO
 pupilas: () Fotorreagente () Paralisadas () Isocóricas
 Escala de Glasgow:

(diferença = ... mm)

		MELHOR RESPOSTA VERBAL ESCALA VERBAL PEDIÁTRICA (<4 anos)		MELHOR RESPOSTA MOTORA	
Resposta espontânea	4	Consciente / Palavras apropriadas, sorriso social, fixa e segue objetos	5	Obedece aos comandos	
Emissão verbal	3	Confuso / Chora, mas é consolável	4	Localiza a dor	6
Resposta ao estímulo	2	Palavras Inapropriadas / Irritado (persistente)	3	Retira o Membro	5
Resposta à pergunta	1	Sons Incompreensíveis / Inquieto	2	Flexão anormal (decorticação)	4
		Nenhuma / Nenhuma	1	Extensão Anormal (decerebração)	3
				Nenhuma	2
					1

F(NG).CC.001-1





CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 0303/2016

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, revendo neste Cartório Policial o Livro de Registros de Ocorrências, nele encontrei o Registro n.º 0303/2016, que passamos a transcrever na íntegra: Ao(s) 12 de dezembro de 2016, nesta cidade de Pilar, Estado da Paraíba e na Delegacia de Polícia Civil, quando se encontrava presente o **Dr. HUGO PEREIRA LUCENA**, Delegado Polícia Civil, comigo, Policial Civil, ao final assinado e declarado, aí, por volta das 10:55, compareceu o Sr(a). **SEVERINA JANAINA DE LIMA**, brasileira, **união estável, agricultora**, com 29 anos de idade, nascida em 15/04/1987, natural de Itam/PB, filha de Maria da Conceição de Lima Pontes e de pai não declarado, residente à Rua das Pedras, s/nº, Pilar-PB, RG nº 3577262, CPF nº 094.552.584-20 telefone (83) 986632128, **NOTICIOU**:

Que no dia 24/11/2014, por volta das 05h:40min, a noticiante estava na pista em frente ao Colégio Augusto de Brito na cidade de Pilar quando se deparou com uma motocicleta que passou em alta velocidade, atropelando a noticiante no acostamento da pista; Que o piloto da motocicleta não prestou socorro se evadindo do local; Que a noticiante foi atendida pela ambulância de Pilar e foi encaminhada ao Hospital de Trauma Senador Humberto Lucena; Que a noticiante apresentou o laudo médico com as seguintes informações: NOME DO PACIENTE: SEVERINA JANAINA DE LIMA, BOLETIM DE ENTRADA Nº 796.308, PRONTUÁRIO Nº 84.618, MOTIVO DO ACIDENTE: ATROPELAMENTO DE MOTOCICLETA, COM DIAGNÓSTICO DE FRATURA DOS OSSOS DA PERNA ESQUERDA; Que a noticiante não chegou a pegar a placa da motocicleta, pois desmaiou no local do fato; Que a noticiante deseja com esta certidão solicitar o seguro DPVAT. Nada mais havendo a tratar, pede que encerre a presente ocorrência.

Ciente o declarante das implicações legais contidas no Artigo 299, do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expeço a presente certidão. O referido é verdade, dou fé. Dado e passado nesta cidade de Pilar/PB, aos 12 de dezembro de 2016, eu Policial Civil que digitei, e assino.

SEVERINA JANAINA DE LIMA

Noticiante

PAULA DA COSTA PINTO

Policial Civil

Mat 182.031-1

Delegacia de Polícia Civil de Pilar / Rua Francisco Cavalcante de Melo, nº 59, Centro, CEP 58338-000, Pilar/PB / Telefone: (83) 3282-1414





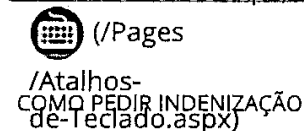
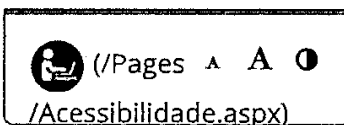
(/)

Buscar no site

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

ACESSIBILIDADE



Documentos Despesas
Médicas (/Pages
/Documentacao-
Despesas-
Medicas.aspx)

Documentos Invalidez
Permanente (/Pages
/Documentacao-
Invalidez-
Permanente.aspx)

Documento Morte
(/Pages
/Documentacao-
Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis
(/Pages/Dicas-
Indispensaveis-
Para-Pedir-
a-Indenizacao.aspx)

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

PAGUE SEGURO

**SINISTRO 3170142138 - Resultado de
consulta por beneficiário**



Como Pagar (/Pages/Pague-Seguro.aspx)
Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)
Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)

O prazo para recebimento da indenização no banco depende do tempo necessário ao processamento bancário, que é de até 5 dias úteis contados a partir da data de liberação.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacao	Juros e Correção	Valor Total
20/04/2017	R\$ 843,75	R\$ 0,00	R\$ 843,75

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)





Poder Judiciário da Paraíba
17ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0820639-33.2017.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro o pedido de Justiça Gratuita.

Trata-se de ação de Cobrança de Seguro DPVAT.

Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação.(CPC, art.139, VI e Enunciado n.35 da ENFAM).

Cite-se a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

A ausência de contestação implicará revelia, o que poderá resultar presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos.

Cumpra-se

João Pessoa, data definida no sistema

Juiz(a) de Direito

